

REScoop debate incentivos aos projetos de energia de iniciativa comunitária

19 de Maio, 2016

Os representantes vindos de toda a Europa da REScoop, Federação Europeia de Cooperativas de Renováveis, vão reunir-se em Espanha (San Sebastian), no próximo dia 20 de maio, para participar na Assembleia Geral. A federação vai apresentar o relatório anual e potenciar a discussão de questões políticas que podem afetar as cooperativas a nível local.

Uma das principais preocupações em debate são as orientações europeias de suporte ao futuro das energias renováveis. A REScoop afirma que os procedimentos dos concursos – tal como previsto nas orientações relativas ao financiamento da Comissão Europeia – podem dificultar o desenvolvimento de futuros projetos de energia de iniciativa comunitária.

O presidente da REScoop, Dirk Vansintjan, enfatiza que “A Europa precisa de projetos de energia de iniciativa comunitária para poder fazer a transição para um sistema energético mais sustentável”. O responsável acredita que as orientações relativas ao financiamento da Comissão Europeia não beneficiam em nada os projetos de energia de iniciativa comunitária. Vansintjan afirma ainda que a Comissão Europeia precisa de desenvolver um quadro de medidas específicas para os membros da REScoop, de forma a garantir que os projetos de energia de iniciativa comunitária possam manter e ampliar a sua posição na União da Energia.

Nuno Brito Jorge, presidente da Coopernico, a única cooperativa de energia verde nacional e único representante nacional da REScoop, afirma que “este movimento é ainda quase incipiente em Portugal e, tratando-se de democratização e partilha de valor no mercado energético, merece maior atenção política no país”.

Atualmente, a REScoop representa mais de 1.250 cooperativas de energia na Europa, presentes em 12 estados membros da União Europeia, número que tem vindo a crescer de forma constante. A federação representa mais de 300.000 cidadãos europeus na transição energética. A REScoop tem como ambição liderar a transição energética para a democracia, onde todos os cidadãos devem partilhar os lucros.